

Instruções Básicas para Formatação do Resumo

I Seminário Nacional do ONVE: Educação democrática, direitos humanos e enfrentamento às violências

OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL

OLIVEIRA, PALOMA REZENDE¹

Palavra-chave: Programa de transferência de renda, Educação, Inclusão social

- Este trabalho é fruto de uma pesquisa que busca explorar as experiências brasileiras dos programas educacionais de transferência de renda mínima, que historicamente foram adotados como estratégia de inclusão social. Os programas de transferência de renda emergiram nos países da América Latina em meados dos anos 1990 com o intuito de fortalecer as redes de proteção social. Nesse contexto, emergiram no Brasil um dos programas mais antigos e de maior cobertura do mundo: o “Renda Mínima”, implementado em 1997, e posteriormente, o “Bolsa Família”, por meio de Medida Provisória, em 2003. Esses programas têm como característica comum estarem condicionados à critérios de renda, sendo expandidos também para o campo da educação, por meio de auxílios condicionados à frequência escolar na modalidade de bolsa. Ao longo da pesquisa, foram constatadas diferentes estratégias dos governos estaduais de vincular os programas de transferência de renda à frequência escolar na modalidade de bolsa, como o Programa “Bolsa presença”, vigente no estado da Bahia; o Programa “Renda melhor jovem”, criado pela lei nº 6.088, de 25 de novembro de 2011, no estado do Rio de Janeiro, que atendia jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social, matriculados em escolas públicas; e o Programa “Bolsa trabalho”, no estado de São Paulo. No que tange à democratização do acesso, o novo Programa “Pé-de-meia”, implementado pela Lei n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024, amplia a oferta de incentivos aos estudantes das escolas de redes

¹ Departamento de Fundamentos da Educação/Programa de Pós-graduação em Educação/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Email: paloma.oliveira@unirio.br



federais, estaduais, distrital e municipais matriculados no Ensino médio, tendo como requisitos a faixa etária de 15 a 29 anos e a renda per capita inferior a meio salário mínimo. Os beneficiários precisam estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sendo os recursos direcionados para os estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade social. O atual programa alia o modelo de poupança ao auxílio-frequência mensal condicionado à frequência mínima, além dos mil reais pago ao final de cada ano concluído, os quais só podem ser retirados da poupança após a conclusão do Ensino médio. Dentre as experiências anteriores, destaca-se o Programa “Poupança Jovem”, instituído em 2007, em Minas Gerais, que tinha o intuito de oferecer incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança para estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual, tratando-se de um caso pioneiro de incentivo à permanência escolar condicionada a resultados educacionais em termos de duração. A análise contou com as contribuições da abordagem do ciclo de políticas, de Stephen Ball (2001), no sentido de identificar convergências entre as políticas educacionais. A partir de uma comparação entre o “Poupança Jovem” (2007) e o “Pé-de-meia” (2024), os efeitos e desafios identificados em relação à efetividade desses programas foram que o primeiro enfrentou desafios de eficiência e cobertura, descumprindo ou atrasando os pagamentos, mas ainda assim acarretou no aumento de matrículas no Ensino Médio e a evasão diminuiu em 15% no conjunto de municípios atendidos. O Pé-de-meia, por sua vez, ampliou a escala e valores, mas enfrentou desafios como atraso no pagamento em decorrência do atraso no cadastro e envio das frequências pelas instituições escolares no seu primeiro ano. O exemplo do Poupança jovem aponta a necessidade de outras políticas complementares para garantir a permanência no Ensino Médio (ex: infraestrutura, transporte, formação docente, etc). Em ambos, não há cobertura dos estudantes em vulnerabilidade social matriculados na EJA, com faixa-etária superior a 24 anos. Sobre o impacto destes programas sobre a redução das desigualdades confirma-se a necessidade de estudo longitudinal desta ação.

Agradecimentos: Unirio.

